_ SEG _ Fernando Gabeira _ Demétrio Magnoli (quinzenal) _ Miguel de Almeida (quinzenal) _ Joaquim Santana (quinzenal) _ Washington Olivetto (quinzenal) _ Pedro Zico (quinzenal)
_ TER _ Vinicius Pereira _ Pedro Doria _ QUA _ Vera Magalhães _ Elio Gaspari _ Bernardo Mello Franco _ Roberto DaMatta (quinzenal) _ QUI _ Vinicius Pereira _ Malu Gaspar
_ SEX _ Vera Magalhães _ Fábio Oliveira _ Bernardo Mello Franco _ SÁB _ Carlos Alberto Sardenberg _ Eduardo Affonso _ Pablo Cristóbal _ DOM _ Vinicius Pereira _ Dorrit Harazim _ Bernardo Mello Franco

MALU GASPAR

blogs.oglobo.globo.com/opiniao
malu.gaspar@oglobo.com.br

O grande acordo

Brasília viveu na última terça-feira uma espécie de "Super Terça" do Judiciário. Num único dia, o Supremo Tribunal Federal (STF) cancelou as condenações de Marcelo Odebrecht e José Dirceu por corrupção e ainda arquivou um inquérito que estava havia anos sem conclusão contra Romero Jucá e Renan Calheiros para investigar as denúncias contidas na delação da... Odebrecht. Noutro ponto da capital federal, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) livrou da cassação o ex-juiz Sergio Moro, acusado de abuso do poder econômico na eleição em que se tornou senador pelo Paraná. Para completar, a deputada Carla Zambelli se tornou ré no STF. A acusação: patrocinar a invasão do site do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) pelo hacker de Araraquara, o mesmo que invadiu o Telegram da Operação Lava-Jato e capturou as mensagens entre procuradores e juízes que se tornaram cruciais para a anulação das sentenças.

O enredo é surreal, mas, para quem já se acostumou a interpretar as decisões do Judiciário pela ótica política, elas eram até previsíveis. Se na política ainda é necessário demonstrar certa coerência, para não afugentar eleitores, na Justiça brasileira essa premissa já foi abandonada faz tempo.

Dias Toffoli já havia anulado as provas do acordo de leniência da Odebrecht e suspendido o pagamento das multas — não só da empreiteira, mas também da J&F, que nada tinha a ver com a Lava-Jato. Naquelas ocasiões, como agora com Marcelo Odebrecht, ele se sustentou na premissa de que as confissões ao Ministério Público federal foram feitas sob coação — um "pau de arara do século XXI", "verdadeira tortura psicológica" para obter "provas" contra inocentes.

É difícil identificar todo esse sofrimento nos vídeos que mostram um sorridente Emilio Odebrecht contando ter visitado Lula no Palácio do Planalto para comunicar que a reforma do sítio de Atibaia seria entregue no prazo prometido. Ou ainda no tom resoluto com que Marcelo Odebrecht diz ter pedido ao pai para comunicar ao presidente que já davam dinheiro à campanha de Dilma Rousseff no caixa dois bem antes da eleição de 2010, "para ele depois não vir cobrar mais". Marcelo, que identificava Lula nos sistemas de propina como "amigo", ainda contou ter batizado Toffoli de "amigo do amigo de meu pai".

Se o ministro acredita no que escreveu, não dá para entender como concluiu que uma delação mentirosa, obtida sob tortura, pode ser considerada válida. A decisão fica ainda mais incompreensível quando se sabe que, em negociação que corre noutro processo, seu colega de Supremo André Mendonça perguntou aos advogados de 12 empresas com acordos de leniência, entre elas Odebrecht e Braskem, se elas tinham sido vítimas de coação. Nenhuma bancou a tese.

A única explicação possível para o *twist* carpado jurídico é que, mantendo a validade das confissões, Toffoli cancela as penas, mas mantém os benefícios — como a possibilidade de voltar a fechar contratos com o setor público ou a garantia de os réus não serem mais processados pelos crimes já admitidos. A Odebrecht acaba de ganhar a licitação da Petrobras para as obras que terminarão a refinaria Abreu e Lima. Sem o acordo, não poderia ter ganhado.

A lógica é semelhante à adotada por todo o Supremo há duas semanas, ao derrubar a liminar que permitiu colocar na direção das empresas controladas pelo governo políticos vetados pela Lei das Estatais. A liminar se tornou ilegal, mas os políticos que se abletaram nos cargos em virtude dela puderam continuar onde estavam.

Claro que a incoerência das decisões não passou despercebida aos olhos da opinião pública. Elas engrossam um caldo de insatisfação com a presença dos magistrados em frequentes convescotes internacionais pagos por empresas com interesses nas Cortes superiores. E se somam à pressão inclemente do bolsonarismo contra o que chamam de perseguição do STF à direita golpista — em especial, do ministro Alexandre de Moraes.

Na lógica fria da lei, nada disso deveria contar para as decisões judiciais. Na política, porém, é preciso escolher as guerras a ganhar, para não perder todas. Aparentemente, as escolhas que beneficiaram Odebrecht e Dirceu entraram nesse cálculo. E, se do outro lado da balança estavam Sergio Moro, já absolvido pelo TSE, ou o bolsonarista Jorge Seif, alvo de um julgamento já cheio de reviravoltas, que seja. Por uma insólita coincidência de datas, hoje se completam oito anos da revelação do célebre diálogo em que Romero Jucá dizia que era preciso um "grande acordo nacional, com o Supremo, com tudo", para "estancar a sangria" provocada pelas investigações de corrupção. A conversa entrou para a história — e as histórias contadas pelos Odebrecht ainda acabarão nas páginas de ficção. Mas o grande acordo está aí. E é bem real.

ARTIGO

O terror do estupro

PATRICIA LEVY

Desde os ataques do Hamas em 7 de outubro do ano passado, a cultura do estupro passou, dia após dia, a ser normalizada. Essa prática acontece aos olhos de todos e reflete a estrutura patriarcal constituída ao longo dos séculos, em que a mulher era vista como objeto de desejo, pertencente ao homem e sem direitos. Apesar de muita coisa ter mudado ao longo das últimas décadas, o machismo estrutural ainda é muito presente.

Num posicionamento recente, a ONU se recusou a incluir o grupo terrorista Hamas na lista de organizações acusadas de cometer atos de violência sexual, ainda que tenha divulgado um relatório com resultado alarmante. Mais de 3.600 casos de estupro registrados entre guerras em 2023: um salto de mais de 50% na comparação anual. O documento abrange ocorrências no Sudão, Ucrânia, Haiti, Mianmar, República Democrática do Congo, Israel e Gaza.

O estudo foi claro, por meio do levantamento de provas, evidências e perícias feitas por órgãos competentes, ao corroborar que os integrantes do Hamas estupraram mulheres e crianças em Israel e seguem fazendo isso nos túneis subterrâneos de Gaza. A estratégia do grupo terrorista foi contundente: invadir o território inimigo e objetificar as mulheres, vivas ou mortas, para desmoralizar o inimigo.

Relatos de ex-reféns reforçam a dimensão desse cenário. Neste momento, há ainda mulheres e meninas em cativeiro, cujos depoimentos sinalizam os mecanismos de estupro e outros abusos físicos constantes. Qualquer pessoa que se veja diante de experiências como essa, mesmo não estando no epicentro da guerra, também se sentirá violentada. É inadmissível saber que a ONU Mulheres e a Cruz Vermelha estão inoperantes em relação a esse tema.

Integrantes do Hamas estupraram mulheres e crianças em Israel e seguem fazendo isso em Gaza

Mas a cultura do estupro não é questão apenas de guerra. Vale relembrar algumas ocorrências recentes, como a que envolveu o jogador Daniel Alves — ele desembolsou € 1 milhão para se livrar da prisão e da culpa de ter estuprado uma mulher. Outro ídolo do futebol, Robinho, foi preso depois que áudios evidenciando sua participação num estupro coletivo foram divulgados.

Brasil, Irã, África, Estados Unidos ou Israel. Em qualquer lugar do mundo, a mulher sempre perde quando precisa se defender de algo indefensável, como um estupro. Ela é imediatamente subjugada e culpabilizada e tem de dispensar um esforço hercúleo para provar sua inocência, que, em grande parte, é desacreditada pela sociedade. Por aqui, o estupro representou quase 70 mil ocorrências em 2022 — e esses são apenas dados oficiais. Uma em cada cinco mulheres entrevistadas para a pesquisa disse sentir risco médio ou alto de ser vítima de agressão sexual.

A mulher, machucada por dentro e por fora, é criticada pela sociedade e pelas autoridades, em todas as suas esferas. Se ela é independente ou dependente; se ela anda com roupas curtas ou compridas; se ela ingere bebida alcoólica ou não; se ela exerce um cargo de líder numa empresa; há sempre um porém. E como mulher judia, o que dizer? Nosso sofrimento não é reconhecido, como se tivéssemos de passar por tragédias humilhantes ao longo de nossa história. *Me too*, exceto se for judia.

A sociedade está doente. Não vejo avanços e mudança de mentalidade tão cedo sobre conseguirmos alcançar uma igualdade entre homens e mulheres enquanto seres humanos, com os mesmos direitos e deveres, no curto e médio prazo. A luta ainda é muito embrionária, apesar dos avanços já obtidos. A cultura patriarcal precisa acabar, mas, para isso, é preciso atuar na raiz do problema. Essa é nossa busca.

Patricia Levy é coordenadora e idealizadora do programa Acolhimento da Federação Israelita do Estado de São Paulo (Fisesp), que atua no enfrentamento da violência doméstica contra mulheres e jovens

ARTIGO

Apoio ao setor audiovisual

MARGARETH MENEZES

Com a volta do presidente Lula e a recriação do Ministério da Cultura, o Brasil vive um momento importante no setor audiovisual. Prova disso é a retomada da participação brasileira em diversos eventos desde o ano passado. Em 2024, no Festival de Cannes, temos uma demonstração significativa do reconhecimento da produção cinematográfica brasileira, com a seleção de filmes e projetos para diversas atividades e mostras. Nesse contexto de celebração, é preciso lembrar que a indústria audiovisual brasileira sofreu momentos de descontinuidades severas nos últimos anos, e temos muito a reconstruir.

O arcabouço legal foi fragilizado com o vencimento de legislações sem renovação, e a paralisação de debates acerca da regulação de parte do setor econômico gerou descontinuidade da agenda regulatória no setor audiovisual. A demora em haver regras e organização para a indústria criativa é um obstáculo significativo para existir um setor forte. É crucial tomar medidas imediatas para fortalecer, modernizar e estruturar o setor econômico, promovendo seu desenvolvimento por meio de um plano sólido e robusto.

Estamos em momento favorável, com marcos regulatórios já retomados. É o caso do marco dos games, das cotas de tela de cinema e TV paga, além de altas expectativas para criar outros marcos que ampliem as transformações no setor. O Congresso Nacional compreendeu a necessidade clara de regulação. Esse cenário trouxe esperança a quem trabalha no setor cultural.

País tem requisitos para se destacar no mercado de entretenimento, arte e cultura, mas precisa de ambiente regulatório

A regulação é essencial não só para obter relações comerciais saudáveis e uma indústria nacional, mas para o país competir em pé de igualdade no mercado global. Embora haja temor das grandes empresas de tecnologia, é essencial lembrar que boas regras promovem ambientes de negócios justos e sustentáveis — como mostra a experiência noutros países.

Sem regras, ficam prejudicadas as relações comerciais. Enfrentamos hoje um cenário de desordem e falta de civilidade, grave erro econômico. O Brasil tem os requisitos necessários para se destacar no mercado de entretenimento, arte e cultura, mas precisa de ambiente regulatório para se desenvolver.

O setor audiovisual transforma hoje a área cultural e artística, com novas profissões e outras se reinventando. A história do cinema brasileiro mostra a força e a criatividade de nossos profissionais. A regulação não prejudica as relações existentes, pois o diálogo com empresas de outros países deve se basear em igualdade e garantias legais, reconhecendo a importância das parcerias.

Regular o setor audiovisual gera desenvolvimento, emprego e renda, promove um ambiente com regras objetivas no mercado, além de trazer segurança à produção nacional e de proteger as relações entre todas as empresas que atuam no Brasil. A Lei da TV por Assinatura, de 2011, mostrou a eficácia da regulação para o audiovisual.

Regulamentação não é obstáculo, mas sim catalisador do progresso. O Brasil tem chance única de transformar a produção artística e cultural. Com as mudanças em andamento, a cultura brasileira tem a oportunidade de ser uma indústria forte do setor audiovisual. Precisamos deixar de nos ver como coadjuvantes e assumir o papel de protagonistas no mundo.

Margareth Menezes é ministra da Cultura